

Sexta-Feira, 04 de Setembro de 2026

Pivetta critica salários de R\$ 40 mil no serviço público e sugere transição para setor privado

Governador defende prioridade para servidores de menor renda e critica pleitos de profissionais com remuneração elevada

Conteúdo/ODOC - O governador e candidato à reeleição Otaviano Pivetta (Republicanos) dirigiu críticas contundentes aos servidores públicos estaduais que recebem os maiores salários da administração estadual.

Durante discurso focado em reformas na estrutura remuneratória do estado e na priorização de profissionais com vencimentos menores, o chefe do Executivo adotou tom mais severo ao abordar as remunerações no topo da carreira pública, enfatizando a necessidade de estabilidade nas finanças estaduais.

O gestor utilizou a desigualdade salarial dentro do funcionalismo como argumento para defender que os aumentos salariais sejam concentrados nas faixas de menor renda, enquanto as posições melhor remuneradas não recebam o mesmo nível de prioridade em recomposição de vencimentos. Suas observações ocorreram durante o evento "Diálogos com os Candidatos ao Governo de Mato Grosso", organizado no Cenarium Rural pela Aliança do Setor Produtivo, que congrega Fecomércio-MT, Famato e Fiemt.

"Quem ganha 4 tem que ganhar mais. Agora, quem ganha 40, para um pouco, para um pouco aí", afirmou o candidato ao desestimular novos pedidos de reajustes da camada superior do funcionalismo estadual.

Com linguagem mais agressiva, o responsável pelo Executivo recomendou que servidores descontentes com os limites impostos pelo regime estatutário busquem oportunidades em empresas privadas.

"Quer ganhar mais? Vai empreender na iniciativa privada, vai assumir risco, vai investir, vai botar o dinheiro em negócio, que nem todos vocês fazem, pagar juros de 20%. Ninguém é obrigado a ser funcionário, ninguém é obrigado a trabalhar de empregado", complementou Pivetta.

Suas declarações provocaram intensa repercussão nos círculos políticos estaduais e entre organizações de classe. O posicionamento adotado pelo governador reaviva discussões eleitorais relacionadas à administração dos gastos com pessoal do Estado e à alocação de recursos financeiros públicos entre os diferentes segmentos profissionais da administração direta e indireta.